



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANDRADE POXO MUNDURUKU

**HISTÓRIA DO POVO DA REGIÃO DO KABITUTU –
JACAREACANGA/PA**

Itaituba - PA

2019

ANDRADE POXO MUNDURUKU

**HISTÓRIA DO POVO DA REGIÃO DO KABITUTU –
JACAREACANGA/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciatura Plena do Curso de História.
Orientadora: Prof^ª. Ma. Raquel Peres Rocha

Itaituba - PA

2019

ANDRADE POXO MUNDURUKU

**HISTÓRIA DO POVO DA REGIÃO DO KABITUTU –
JACAREACANGA/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciatura Plena do Curso de História.
Orientadora: Prof^ª. Ma. Raquel Peres Rocha

BANCA EXAMINADORA

Presidente/orientadora: _____ Nota: _____

Prof.^a Raquel Peres Rocha, Ma.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof.^a Lúcia Maria da Costa Cruz, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof. Caren Alessandra Kluska, Ma.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 30 de outubro de 2019.

*Dedico essa vitória a Deus, a minha
Família, a minha esposa Maritnete a
minha filha Marília, a todos meus amigos
que fizeram e fazem parte da minha
história.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que esteve todos os dias ao meu lado, amparando com sua benção, e a ele devo tudo.

A minha família que me apoiou durante esses anos de faculdade, dando força e amor, principalmente minha esposa Marinete Karo Munduruku.

Aos meus pais Aldo Poxo Munduruku e Madriana Yori Munduruku, que mesmo com dificuldade financeira e criaram eu e meus irmãos, sem deixar de incentivar que o estudo é muito importante nas nossas vidas.

Agradeço também professor Indígena Misael Amâncio Kaba Munduruku, já formado na área de licenciatura em pedagogia e professor Jonas Araújo atualmente trabalha no (SOMEI), já e formado em área de história, que me ajudou muito no desenvolvimento da minha pesquisa.

A minha orientadora Raquel Peres, que se tornou não só uma professora, mas, conselheira, companheira, amiga etc.

Aos meus docentes colegas indígenas que fizeram parte da trajetória, me incentivaram torceram que eu termine meu curso, vocês são exemplos de vida e profissionalismo, a quem tenho grande carinho e admiração.

A Faculdade de Itaituba FAI, por proporcionar a nós um ensino de qualidade, e formar grandes profissionais para atuar na sociedade.

*"Os historiadores são
recordadores profissionais daquilo
que os cidadãos querem esquecer".*

Eric Hobsbawm

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso abordou o tema: História do povo da região do Kabitutu, Jacareacanga/PA, buscando fazer levantamento historiográfico da referida comunidade em vários aspectos, como o cultural, social, e entre outros. O acadêmico por ser morador nativo, percebeu-se que ainda não há um registro sobre a história da mesma, e as informações que se têm ainda são repassadas de forma tradicional, ou seja, da forma oral, observando essa necessidade desenvolveu o presente estudo que foi baseado em algumas questões que nortearam o mesmo: Como era a cultura dos povos no passado dessa aldeia? Como a era a vida desses povos antigamente? De que forma o contato com o homem branco afetou a vida na aldeia? Tais questões serão respondidas ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa. Esses registros têm como finalidade, servir de fontes historiográficas para as futuras gerações da referida comunidade. Além de preservar seus saberes, costumes e tradições. Utilizaram-se alguns autores, para subsidiar a fundamentação teórica do mesmo, como Mercio Gomes (2012) e Benedito Monteiro (2011), e Cláudio Orlando Vilas Boas (2012), e entre outros autores de renome que contribuíram para a construção das fontes bibliográficas sobre o tema abordado. A pesquisa também terá caráter qualitativo para interpretação das informações levantadas junto aos mais velhos da aldeia, que subsidiaram informações sobre os traços culturais de antigamente da mesma. Busca-se deixar um registro historiográfico, para as futuras gerações e contribuir para o aumento das fontes sobre essa comunidade indígena, escrita na visão de um morador nativo.

Palavras – chave: cultura, Jacareacanga, Historiografia, indígenas.

ABSTRACT

The Course Conclusion Paper addressed the theme: History of the people of the Kabitutu region, Jacareacanga/ PA, aiming to make a historiographic survey of the community in various aspects, such as cultural, social, and others. The academic as a native resident, it was noticed that there is not yet a record about the history of the same, and the information that has still been passed on in a traditional way, that is, of the oral form, observing this necessity developed the present study that was based on some questions that guided the same: How was the culture of the people in the past of this village? How was the life of these peoples once? How did contact with the white man affect life in the village? These questions will be answered throughout the development of this research. These records are intended to serve as historiographic sources for future generations of the said community. In addition to preserving their knowledge, customs and traditions. Some authors have been used to support the theoretical foundation of the same, such as Mercio Gomes (2012) and Benedito Monteiro (2011), and Claudio Orlando Vilas Boas (2012), and other renowned authors who contributed to the construction of bibliographic sources on the topic addressed. The research will also have a qualitative character for the interpretation of the information collected with the elders of the village, who subsidized information about the cultural traces of the former. It seeks to leave a historiographic record for future generations and to contribute to the increase of the sources on this indigenous community, written in the vision of a native resident.

Key words: culture, Jacareacanga, Historiography, indigenous peoples.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES OU FIGURAS

Figura 1 - Descobrimento do Brasil.....	12
Figura 2 - Padre Manuel da Nobrega catequizando indígenas.	13
Figura 3 - Índios sendo escravizados.....	17
Figura 4 - Orellana e seu encontro com as Amazonas.	32
Figura 5 - Mapa do Pará, destaque Jacareacanga.	40
Figura 6 - Feira da cultura indígena, anual, aldeia Katon.....	44
Figura 7 - Porto de entrada da aldeia Katon..	45
Figura 8 - Barracão kababiboy de sala de aulas do Ensino Médio – SOME.	46
Figura 9 - Entrevistados – Mizael Kaba e Faustino Kaba.....	47

LISTA DE ILUSTRAÇÕES OU FIGURAS

Figura 1 - Descobrimento do Brasil..	12
Figura 2 - Padre Manuel da Nobrega catequizando indígenas.	13
Figura 3 - Índios sendo escravizados.....	17
Figura 4 - Orellana e seu encontro com as Amazonas.	32
Figura 5 - Mapa do Pará, destaque Jacareacanga.	40
Figura 6 - Feira da cultura indígena, anual, aldeia Katon.....	44
Figura 7 - Porto de entrada da aldeia Katon..	45
Figura 8 - Barracão kababiboy de sala de aulas do Ensino Médio – SOME.	46
Figura 9 - Entrevistados – Mizael Kaba e Faustino Kaba.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 A CHEGADA DOS PORTUGUESES NO BRASIL E O PRIMEIRO CONTATO ENTRE OS COLONOS E OS NATIVOS	12
2.1.1 Os Primeiros Contatos entre os Portugueses e os Indígenas	16
2.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO BRASILEIRO E O CHOQUE CULTURAL	20
2.3 A COLONIZAÇÃO ATRAVÉS DA CATEQUIZAÇÃO INDÍGENAS.....	21
2.4 A SAÍDA DE SUAS TERRAS E A FUGA DOS INDÍGENAS PARA INTERIOR DO BRASIL	22
2.5 PROCESSO DE CONQUISTA E A POSSE DAS TERRAS AMAZÔNICAS.....	28
2.6 AS COMUNIDADES INDÍGENAS SE DISPENSAM NO INTERIOR DA AMAZONIA.....	31
3 METODOLOGIA	37
3.1 TIPOS DE PESQUISAS	37
3.2 O AMBIENTE DE PESQUISA E PERFIL DOS ENTREVISTADOS	39
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	44
4.1 A CULTURA DO POVO KABITUTU NO PASSADO E ATUALMENTE.....	44
4.2 O MODO DE VIDA DO POVO KABITUTU NO PASSADO	45
4.3 O CONTATO ENTRE O BRANCO E INDÍGENA NA ALDEIA KABITUTU AS MUDANÇAS QUE CARRETARAM O CONTATO.....	46
5 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICES	51
APÊNDICE I	51
APÊNDICE II.....	52

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou o tema: História do povo da região do Kabitutu, Jacareacanga/PA, buscando fazer um levantamento historiográfico da referida comunidade em vários aspectos, como o cultural, social, entre outros.

Percebeu-se que até então não há um registro sobre a história da mesma e as informações que se têm ainda são transmitidas de forma tradicional, ou seja, da forma oral, onde os mais velhos da aldeia repassam informações às presentes e futuras gerações verbalmente. Nesse sentido, se essa história não for registrada, se perderá com o tempo, assim como tantas outras histórias de comunidades indígenas no Brasil.

Foram levantadas as seguintes questões norteadoras: Como era a cultura dos povos no passado dessa aldeia? Como era a vida desses povos antigamente? De que forma o contato com o homem branco afetou a vida na aldeia? Quando ainda era criança, o acadêmico mudou-se para essa aldeia, pois é indígena, ao longo de seu crescimento incorporou os hábitos e costumes culturais dessa aldeia. Portanto, este pretende descobrir qual é a origem histórica da comunidade onde o acadêmico cresceu e constituiu família, haja vista, a necessidade de registrar e fazer um resgate historiográfico da referida comunidade.

Esses registros servirão para família do mesmo, como para as futuras gerações que residem naquela comunidade indígena. A presente pesquisa tem como objetivo geral registrar a cultura dessa comunidade indígena e traçar um paralelo histórico, para demonstrar como eles viviam antigamente. E objetivos específicos: Aprofundar conhecimentos sobre os modos e costumes dessa comunidade; Registrar a origem histórica da comunidade indígena que habita em torno do rio Kabitutu.

A monografia tem como metodologia com base em um levantamento bibliográfico com autores como Mercio Gomes, (2012), Andre Carvalho(1998), Claudio Orlando Vilas Boas (2012), entre outros autores que contribuíram para a consulta e a construção das fontes bibliográficas sobre o tema abordado. A pesquisa também teve caráter qualitativo para interpretação das informações levantadas junto aos mais velhos da aldeia, que subsidiaram informações sobre os traços culturais de antigamente da mesma.

A presente pesquisa está dividida da seguinte maneira, com uma breve apresentação da chegada dos portugueses no Brasil, e todo esse primeiro contato, entre os colonizadores e os indígenas. Na sequência foi feita uma abordagem do processo que culminou com a saída dos indígenas da parte litorânea do Brasil, devido ao processo de tomada de posse de suas terras pelos colonizadores. Onde os indígenas tiveram que se refugiar no interior do Brasil. E também serão apresentados dados historiográficos da comunidade indígena Kabitutu, como a cultura, política, economia e entre outros. E finalizando com a análise dos dados levantados na pesquisa de campo, realizada na referida comunidade e a conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CHEGADA DOS PORTUGUESES NO BRASIL E O PRIMEIRO CONTATO ENTRE OS COLONOS E OS NATIVOS

Ao chegarem ao Brasil os portugueses se depararam com os povos indígenas que eram os únicos donos da terra. Isso aconteceu no ano de 1554 em que os portugueses resolveram invadir, para caçar índios e transformá-los em escravos (CARVALHO, 1998).



Figura 1 - Descobrimento do Brasil. Fonte: www.historiadobrasil.com.br acesso em 09/09/2018.

Os portugueses libertaram os índios escravizados, entre os quais estava Iguaçu, mulher de Aimberê, mas não foram fiéis ao acordo, pouco tempo depois já estavam aprisionando outra vez centenas de índios, para escravização. As lutas recomeçaram, e, desta vez, os portugueses chamaram para ajudá-los os mamelucos, filhos de brancos com índios, porque eles conheciam melhor os caminhos, os esconderijos e as táticas de guerras usadas pelos indígenas. Quando necessário, esse povo pegava em armas e guerreavam, para defender o seu bem precioso, a terra onde vivia, o espaço sagrado dos antepassados e a garantia de uma vida tranqüila para os filhos e os netos.

Eis a razão da fertilidade do indigenismo aquela época, ganhando o reconhecimento da UNESCO, organização internacional do trabalho (OIT), inclusive pela segunda indicação de Rondon ao prêmio Nobel da Paz e a utilização de muitos conceitos do indigenismo brasileiro nos seus dois principais documentos sobre direito dos povos indígenas, as convenções 107 e 169. A Convenção 169, de 1989, dá um grande salto de valorização dos povos indígenas no panorama mundial, acompanhando a consciência universal da sobrevivência e da conseqüente permanência do índio no mundo (GOMES, 2012, p. 33).

Os índios brasileiros, aquela gente bonita e saudável, quase desapareceram de nossa terra, pela violência dos brancos invasores. Foi então que um murmúrio começou a se espalhar pelas matas e florestas. Era um soluço de revolta, que se tornou um grito por justiça. A história de um povo que hoje luta pelo seu direito à vida, à liberdade e a um espaço seguro em nosso país, contra os novos e ambiciosos invasores. Vendo que as coisas não estavam muito fáceis para eles, os portugueses então propuseram um acordo de paz, pedindo aos jesuítas, Manuel da Nóbrega e Anchieta que acertassem tudo com os índios (GOMES, 2012).



Figura 2 - Padre Manuel da Nobrega catequizando indígenas. Fonte: www.sossegodaflores.com.br, acesso em 09/09/2018.

Os invasores portugueses usavam armas de fogo e ocuparam as terras à força, sujando os rios, cortando as árvores, acabando com os animais e os peixes. Quando os franceses invadiram o Brasil, os Tamoios ficaram ainda mais forte, pois fizeram um acordo com os novos invasores, contra os portugueses, ou seja, recebiam armas em troca de pau-brasil, muito valorizado na Europa. Esses combates, que duraram quase 13 anos, só terminaram quando os franceses foram

expulsos, pelas tropas comandadas por Estácio de As, e depois do assassinato de Aimberê, Iguaçu e muitos outros chefes indígenas (GOMES, 2012).

A lei, de 1755, confirmava o mesmo direito dos índios às terras e o rei de Portugal, Dom João V, chegou a dizer um dia: “esses índios são pessoas livres do meu domínio e se deve reconhecer a eles todas as liberdades e direitos sobre seus bens” (GOMES, 2012, p. 45). Enquanto o rei dizia isto, nas florestas do Brasil, os portugueses estavam aprisionados e escravizando milhares de índios, sem que nenhuma autoridade tomasse qualquer providência contra eles. Ao contrário, muitos governadores nomeados por Portugal participaram dos lucros obtidos com a escravização dos índios.

Agora, as terras ocupadas pelos índios já não eram mais uma espécie de terra de ninguém. A propriedade ficava com a União administrada pelo governo federal e a posse da terra para os índios. Na Constituição de 1934, 1937 e 1946 não houve mudanças muito importantes. Todas elas garantiam aos índios a posse de suas terras, proibiam que elas fossem vendidas e asseguram à eles o direito de explorar todas as riquezas naturais nelas existentes. O Estatuto diz que o governo federal pode intervir nas terras indígenas, se julgar conveniente, em ocasiões que coloquem em risco a segurança nacional; para realizar obras públicas que sejam de interesse nacional, ou, ainda, para explorar riquezas do subsolo que sejam importantes para a segurança e o desenvolvimento do País (CARVALHO, 1998).

Mais devastador ainda, segundo a avaliação dos historiadores e etno-historiadores, foram as epidemias de doenças trazidas pelos europeus e africanos. Varíola, sarampo, catapora- as famigeradas bexigas, febre amarela, tuberculose e as gripes e pneumonias arrasaram aldeias inteiras, aniquilaram povos inteiros. Muitas vezes foram aldeias que nem contato com as fontes irradiadoras tinham, mas que recebiam a doença por transmissão de outros índios em contatos até fortuitos (GOMES, 2012, p. 59).

O Estatuto do índio, aliás raramente, é utilizado para defender os direitos dos indígenas. Além disso, copia, em muitas partes documentos aprovados por Convenção realizada em Genebra, em 1957. Os índios também não foram consultados por essa Convenção, que reunia as grandes potências do mundo e admitia a possibilidade de intervenção do Estado nas terras indígenas, em nome do interesse nacional. “Pacificar no mundo de ver dos portugueses era forçar os índios a conviver com os brancos e copiar o seu jeito de ser, sua religião, suas crenças e,

até mesmo, pegar suas doenças, muitas vezes fatais para os índios” (GOMES, 2012, p. 32).

Para quem vivia no mundo europeu do século XVI, recém liberto da hegemonia católica e já se engalfinhando em novas lutas religiosas que representavam mais constrangimento e menos liberdades, a visão deslumbrada nas praias das costas brasileiras foi realmente extasiante. Thomas Morus, em sua obra publicada em 1518, foi o primeiro a espalhar a felicidade social num ideal perdido em alguma ilha ao sul do atlântico, com um sistema de vida semelhante ao que descreviam dos povos que viviam no litoral brasileiro (GOMES, 2012).

Montaigne conta que conhecera em Paris alguns índios Tupinambá trazidos do Rio de Janeiro, onde havia pouco tempo houvera uma colônia francesa, e deles extraíra três reflexões importantes, das quais esquecera uma o homem esquecido uma delas questiona por que os eram governados por um simples menino, o então Delfim que mais tarde seria o rei Luiz XIII, e não por um líder guerreiro, como era o costume deles; o segundo comentário indígena é sobre o fato de na França existirem muitas desigualdade (GOMES, 2012).

Com esses dados, e outros mais, certamente, Montaigne traça um perfil fascinante sobre os Tupinambás e sua sociedade, cuidando na descrição de seus hábitos e costumes, comparando a sua antropofagia com os massacres e torturas das guerras religiosas na Europa e chegando a conclusões singelas e tolerantes ao costume tupinambá, tão odiento quanto repugnante aos olhos europeus, que lentamente começavam a focalizar o resto do mundo à sua imagem semelhança. Outro fator que fez grande diferença nesse contato dos indígenas com os brancos, foi o grande numero de doenças adquiridas por eles através do contato com o colonizador (GOMES, 2012).

Alem disso, portugueses e espanhóis particularmente estes últimos, encontram nas suas coloniais indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram na por isso, em sua colina, quase de inicio possivelmente de inicio mesmo precedendo os ingleses. De inicio aquelas viagens eram apenas de exploração. Tratava-se no momento, como foi lembrado, de resolver um problema de grande importância: descobrir o caminho das índias. Os portugueses tinham procurado a solução na rota do Oriente, contornando a África. Os portugueses, por seu turno, arrastado pelos azares da navegação, e interessados em observa o que os espanhóis estavam realizando, afastar se da sua rota ao longo da África e também chegaram ali (PRADO JUNIOR, 2004, p. 28)

Descoberto assim o território que haveria de constituir o Brasil, não se tardou muito em procurar aproveitá-lo. As perspectivas não eram brilhantes. O famoso Américo Vespúcio viajou como piloto alternadamente com espanhóis e portugueses, e que nos deu com suas cartas a primeira descrição do novo mundo escrevera a respeito: "pode se dizer que não encontramos nada de proveito". E devia ser assim para aqueles navegantes mercadores que se tinham lançado em arriscados empresas marítimas unicamente na esperança de trazerem para o comércio europeu as preciosas mercadorias do Oriente. Que interesse tinham para eles uma terra parcamente habitada por tribos nômades ainda na idade da pedra, e que nada de útil podiam oferecer (PRADO JUNIOR, 2004, p. 23).

2.1.1 Os Primeiros Contatos entre os Portugueses e os Indígenas

Ao aportar no Brasil, Cabral entra em contato com os tupinikin, grupo tribal de filiação linguística Tupi-guarani, localizado na Baía Cabralia (sul da Bahia). Era um grupo de fala Tupi, como os demais que participaram da obra da colonização. A unidade linguística litorânea favoreceu sobremaneira o colonizador que, no decurso do século XVI, valeu-se do numeroso continente indígena de duas maneiras. As terras litorâneas foram progressivamente ocupada e os indígenas, violenta ou pacificamente, iam acomodando-se à nova situação, não sendo escravizados. Desenvolve-se entre índios e brancos o escambo, um comércio baseado na troca de mercadorias: produtos tropicais da terra, como pau Brasil, farinha de mandioca etc., por objetos trazidos pelos europeus (MARCONI, 2015).

A exploração e a colonização do Brasil dependeram, durante as décadas quinhentistas, do fornecimento indígena que facilitava a manutenção da população. Quando o escambo se torna inoperante, o índio é transformado em escravo e somente se livra dessa condição em meados do século XVIII (1757). O governo português, repetidas vezes, proibiu a escravidão, mas autorizava a "guerra justa" contra índios arredios e hostis, escravizando os que caíssem prisioneiros (MARCONI, 2015).

Após a expulsão dos jesuítas, os índios são submetidos ao regime do Diretório do governo pombalino. Esta mudança em nada beneficiou as população tribais, principalmente no Norte do país. Na metade do século XIX, o interesse econômico foi canalizado para a extração da borracha e, mais uma vez, a mão-de-obra indígena não pôde ser dispensada. Novos

grupos indígenas são contactados, como os mawé, os munduruku e os Mura que, envolvendo-se no movimento nativista chamado Cabanagem (1834), foram seriamente reprimidos, suas aldeias invadidas e os indígenas dispersados (MARCONI, 2015, p. 221).

A exploração dos produtos nativos, as “drogas do sertão”, exigiam mão-de-obra indígena, que, além de farta e barata, era adaptada à região. Expedição de caça ao índio sucediam-se, alcançado os altos rios para desbravar e resgatá-los. São os chamados “descimentos”, ou seja, buscar, aldear e repartir os índios para o serviço dos jesuítas, dos colonos e para a manutenção dos próprios aldeamentos. Os habitantes da terra assim obtidos eram aldeados e escravizados (MARCONI, 2015).



Figura 3 - Índios sendo escravizados. Fonte: www.sociedadecolonial.com.br, acesso em 09/09/2018

Esse tratamento dado ao índio pelos colonos e jesuítas provocava atitudes do governo colonial, que continuava proibindo e autorizando a escravização indígena, usando para isso o recurso das “guerras justas”. Os índios opuseram grande resistência, muitos foram mortos, milhares exterminados, mas um extenso território foi conhecido e incorporado à Coroa portuguesa. A introdução da mão de obra negra, desde meados do século XVI, a rarefação da mão de obra indígena e a transformação das aldeias em povoados tornando dispensável a atuação jesuítica, levaram à extinção da escravidão indígena em 1757. Em 1759, os jesuítas são

expulsos do Brasil, onde desenvolviam uma política que resultou em violência escravidão e morte para os índios (MARCONI, 2015).

Ocorre o extermínio de tribo inteiras pela ação de grupos armados que tinham como objetivo o desaparecimento dessa população que impedia o progresso. Para tanto, lançavam mão de métodos degradantes como cita Berta Ribeiro (1983:71): "envenenar as águas com estricnina, deixar roupas as mulheres e crianças para atrair os homens e outras formas mais sutis e depravadoras, com ofertas de bugigangas e de cachaça, para amolecer as vontades e a consciências (MARCONI, 2015, p. 56).

Só nos últimos anos do século XIX é que, pela primeira vez, o índio passou a receber tratamento humanístico, a partir da atuação de Rondon e seus colaboradores, e vai estender-se pelo século XX. Foram pouco numerosos os grupos indígenas que, nos séculos anteriores, sofrendo todo tipo de compulsão e de coerção, conseguiram sobreviver, apesar de submetidos aos processos aculturativos. Outros grupos, entretanto, persistiram como unidades culturais e étnicas porque só foram alcançados no decurso do século XX; alguns, ainda hoje, conservam-se isolados, longe das influências coercitivas da civilização. É formado por uma multiplicidade de tribos, linguísticas e culturalmente diversificadas, confinadas em aldeias ou postos indígenas. O número de indivíduos que compõem esses grupos é via de regra, pequeno. Segundo Darcy Ribeiro (1977, p. 67): pode-se perceber que, na região centro-leste brasileiro, o índio praticamente inexistente, o que se explica por fatores históricos e circunstâncias. As áreas com maior densidade indígenas são aquelas hoje cobiçadas pela colonização em seus empreendimentos de caráter socioeconômico.

A exploração extrativista, agrícola, pastoril ou de outra natureza, a necessidade de mão de obra barata e a falha intervenção protecionista farão repetir no presente os fatos do passado, de certa forma atenuados pela atuação da Comissão Rondon e pela fundação do serviço de proteção aos índios. A posse das terras é de fundamental importância para os indígenas, a fim de que possam viver e obter sua subsistência. Entretanto, a demarcação desses territórios não é feita previamente, isto é antes da atração do grupo; posteriormente, ela dificilmente se efetiva, configurando as reservas e os parques indígenas. As áreas destinadas a servir de habitat aos grupos indígenas, com meios suficientes à sua subsistência, são chamadas reservas indígenas (MARCONI, 2015).

Parque indígena é a área contida em terra na posse dos índios, cujo grau de integração permita assistência, econômica, educacional e sanitária dos órgãos da união, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região." Duas são as modalidades de aculturação provocadas pelos contatos entre índios e não índios: aculturação interétnica e aculturação intertribal. A aculturação interétnica ocorre quando grupos étnicos e culturalmente diferentes entram em contato direto e permanente, ficando ambos os grupos sujeitos a mudanças em seus padrões culturais. No Brasil, podem-se tomar como exemplo todas as situações de contato entre índios e civilizados, portadores de técnicas culturais diferenciadas. (MARCONI, 2015, p. 67).

Eduardo Galvão (1979, p. 131) discute as causas da maior ou menor facilidade de os grupos se aculturarem e justifica esse fenômeno pelo que ele chama de "distância cultural". Alguns grupos como os Karajá e os Timbira são mais resistentes à assimilação, por possuírem culturas de tal como especializadas ao ambiente que suas características diferem muito das culturas caboclas. As causas desse apego aos valores tribais é que esses grupos ocupam regiões menos devassadas, onde não houve tentativas de assimilação do índio ou sua incorporação à economia regional. Já os Tupis apresentam grande receptividade para os traços da cultura cabocla com a qual se identificam. Estão sujeitos a uma rápida assimilação ou mesmo extinção, enquanto os demais se preservam por mais tempo (MARCONI, 2015).

Considerando o impacto da civilização sobre as populações tribais, prefere a expressão transfiguração étnica, em vez de aculturação ou assimilação. Ele a entende como "o processo através do qual as populações tribais que se defrontam com sociedades nacionais preenchem os requisitos necessários à sua persistência como entidades étnicas, mediante sucessivas alterações em seu substrato biológico, em suas formas de relação com a sociedade envolvente" (MARCONI, 2015, p. 56).

O referido autor faz uma abordagem mencionando as mudanças ocorridas ao longo da história que algumas tribos indígenas sofreram com a dominação dos países colonizadores que atuaram na região da América. É interessante notar que estas mudanças foram bruscas, isto é, principalmente nos aspectos socioculturais dos povos tradicionais da floresta.

É oportuno lembrar que esse processo de transfiguração étnica como prefere chamar o autor supracitado, foi um processo de grande exclusão social, visto que os povos nativos que lutaram pela sua cultura tais como: costumes, crenças e tradições foram desrespeitados e dizimados pela resistência que empreenderam contra os colonizadores, isto ocorreu com muita veemência, principalmente no nosso país que hoje se chama Brasil.

2.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO BRASILEIRO E O CHOQUE CULTURAL

Os grupos humanos têm direito de possuir e fazer desenvolver a própria cultural, sem interferência externa. Os indivíduos têm direito a suas próprias crenças, aos seus próprios hábitos e costumes, a sua própria ideologia e a sua própria cultural. Por isso, mesmo debaixo das pressões da cultura dominante, muitos grupos preservam valores que são nucleares em sua cultura, por exemplo, os Bororo. Os padrões originais de sua cultura persistem, embora deformados, apesar do longo processo aculturativo a que o grupo está submetido. As formas de pensar de grupos diferentes devem merecer o maior respeito possível e, por isso, seria injusta a introdução deliberada de mudanças no interior dessas culturas (MARCONI, 2015).

A prática entre os antigos índios Tupis da costa brasileira sempre foi condenada e considerada selvagem, assim como a nudez dos indígenas em geral. Os estudos dos grupos humanos vêm demonstrando que embora existam expressivas diferentes culturais, "outras culturas" não são necessariamente inferiores. Mesmo assim, as sociedades "primitivas" são vistas dentro de um prisma de inferioridade cultural, sendo consideradas selvagens, bárbaras e de mentalidade atrasada. É uma atitude etnocêntrica, condenado pela antropologia, que defende o princípio de que as culturas não são superiores ou inferiores, mas diferentes, com maiores ou menores recursos, com tecnologia mais ou menos desenvolvidas (MARCONI, 2015).

A aplicada vem adquirindo importância cada vez maior no mundo moderno, onde o isolamento cultural é quase impossível, e onde os contatos são inevitáveis se multiplicam, levando muitas vezes as situações conflitantes. As tradições dos povos submetidos devem ser respeitadas pelos governantes colônias, que precisam saber como tratar com culturas tão diferentes. Os missionários e técnicos devem ser portadores dos conceitos antropológicos. A fim de que a interferência seja menos prejudicial (MARCONI, 2015, p. 57).

A coexistência de população nativa com a população nacional requer a adoção de políticas indigenistas adequadas a cada realidade particular. No Brasil, por exemplo, o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), norteador pelo Marechal Rondon, foi substituído pela fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão protetor da população tribal brasileira, nem sempre tem cumprido satisfatoriamente seus objetivos e metas. Mas, a perspectiva histórica tem demonstrado que sua tarefa lhe

tem sido decepcionante, em face das pressões da cultura dominante, que nem sempre concorda com as posições teóricas e os métodos humanísticos por ele adotados, ao desempenhar o papel de conciliador entre o mundo dominante e o dominado (MARCONI, 2015).

Muitas vezes, a palavra cultura é empregada para indicar o desenvolvimento do indivíduo por meio da educação, da instrução. Nesse caso, uma pessoa “cultura” seria aquela que adquiriu domínio no campo intelectual ou artístico. Também são partidários da cultura como abstrato. De tal modo Marconi (2015, p. 63) afirma que: “a cultura é uma abstrato do comportamento ou com os artefatos e não devem ser confundida com os atos do comportamento ou com os artefatos matérias tais como ferramentas e recipientes obras de arte e demais instrumentos que o homem fabrica e utiliza”.

Pelo visto, o conceito de cultura varia no tempo, no e em sua essência. Considerando a cultura como, para ela consiste em abstrato do comportamento. A cultura deve ser vista não como comportamento, mas em si mesma, ou seja, fora do organismo humano. Outros englobam no conceito de cultura os elementos matérias e não matérias da cultura. (MARCONI, 2015, p. 59).

Para o autor o conceito de cultura é bastante complexo tendo em vista que a cultura não pode estar atrelada somente ao comportamento humano, mas ela também ultrapassa essa concepção, pelo fato da cultura ser uma ação do próprio ser humano, no sentido de construir sua própria história por meio de seus hábitos culturais e obras materiais e imateriais.

Para tanto, é oportuno destacar que a cultura é para muitos um legado deixado pelos nossos ancestrais, sobretudo toda prática cultural deve ser cultivada e praticada por uma determinada sociedade. Neste sentido, o conceito cultura é amplo e estar sempre em constante transformação pelo fato do homem viver dentro de um processo de evolução social e tecnológica.

2.3 A COLONIZAÇÃO ATRAVÉS DA CATEQUIZAÇÃO INDÍGENAS

Reconhecendo as dificuldades da conversão e antecipando o dilema da catequese, o papa não poderia ter sido, mas realista do que o rei. E o rei, por sua vez, não precisou fazer ingentes esforços para seguir as suas recomendações e permanecer cristão. A justificativa do uso de armas para catequizar foi sempre uma

das principais razões para ser declarar e praticar guerras justas contra os índios durante quase tudo o período da colonização portuguesa. A reação indígena, através de guerras, guerrinhas fugas à escravidão e ao trabalho forçado, bem como seu sofrimento em massa, a brutalidade praticada nas conquistas e na colonização de um exagero e gravidade ate então inconcebíveis para uma nação cristã mesma tendo em vista o que os portugueses já haviam feito contra os sarracenos e os índios provocaram escrúpulos e preocupação na alta cúpula da coroa, sobretudo porque o discurso colonialista rezava que o propósito da presença portuguesa nessas pragas era propagar a fé católica pela conversão dos gentios (GOMES, 2012).

Em diversas ocasiões foram explicitamente reconhecidos os direitos de soberania indígena. Na Carta Régia de março de 1718, os índios chegaram a ser considerados isentos da jurisdição real. Ao mesmo tempo, no entanto, Portugal manteve a escravidão como norma e possibilidade de ser aplicada sobre qualquer povo indígena. Ao contrario dos espanhóis que desde 1542 havia decreto a liberdade incondicional dos índios, Portugal foi fazê-lo apenas em 1609, para revogar esse dispositivo dois anos depois decretá-la novamente só em 1757 e volta a abrir exceção em 1808 (GOMES, 2012, p. 101).

As normas legais e recomendação de como se relacionar com os índios estavam contidas nos regimentos que o rei dava aos capitães de navios que fossem comerciar nas terras do Brasil. Embora sugerindo que se desse bom trato aos índios, já ai se previa a possibilidade de escravizá-los e enviá-los a Lisboa, mesmo que viessem sob a linguagem de "apreensão voluntária". É importante que conhecer alguns termos essenciais usados na época colonial a respeito dos índios (GOMES, 2012).

2.4 A SAÍDA DE SUAS TERRAS E A FUGA DOS INDIGÉNAS PARA INTEIROR DO BRASIL

A lógica da conquista, da colonização, a defesa do território e a necessidade de mão de obra exigiam, em determinados momentos, no entender da coroa, medidas de extremas dureza e inflexibilidade, pois já mais se deveria afastar do propósito de dominação absoluta. As primeiras normas legais e recomendação de como se relacionar com os índios estavam contidas nos regimentos que o rei dava aos capitães de navios que fossem comerciar nas terras do Brasil. Embora

sugerindo que se desse bom trato aos índios, já se previa a possibilidade de escraviza-los e envia-los a Lisboa, mesmo que, hipocritamente, viessem sob a linguagem de apreensão voluntaria (GOMES, 2012).

A partir do chamado Regimento de Tomé de Sousa, de 1549, e a lei de 1570, todas as declaração reais que se propunham esclarecer melhor essa questão sempre deixaram brechas para que pudesse fazer guerra contra os índios, aprisiona-los, esbulhar-lhes suas terras, realoca-los, enfim, o que fosse necessário para não comprometer a segurança dos termos essenciais usados na época colonial a dos índios (GOMES, 2012).

Essa pequena compilação e resumo de leis indigenistas apresentados não exaure a legislação portuguesa sobre o assunto. O Numero de alvarás e cartas régias dirigidas aos governadores e capitães-gerais é bastante maior e diversificado. Muitos diziam respeito a questões locais e especificadas a certos grupos indígenas, sem maiores consequências sobre os demais. As normas e leis aqui descritas servem tão somente ara dar uma boa ideia do que foram esses mais de 300 anos de relacionamentos oficial entre a Coroa portuguesa e os índios do Brasil (GOMES, 2012, p. 81).

O controle que eles haviam obtido pela lei de 19 de abril de 1680 sobre entradas, descimentos e repartição de índios desfavorecia os colonos, que chegou a tomar a cidade de São Luís, na ausência do governador-geral, e enviar um emissário a Lisboa em apelo em por seu gesto ousado. A Coroa não teve complacência e, ao final, o governador-geral Gomes Freire de Andrade prendeu os rebeldes e enforcou os dois principais líderes, Manuel Beckman e Jorge Sampaio. Em todos os casos de desavenças contra os jesuítas, a Coroa invariavelmente assegurou apoio aos missionários, às vezes com mais, às vezes com menos poderes. A Provisão de 12 de setembro de 1663 reflete o retorno negociado dos jesuítas sem poderes gerais sobre os índios obtido pela Provisão anterior de 09 de abril de 1655, concedida diretamente ao Padre Vieira. Já a carta regia de 21 de dezembro de 1686, que cria o regimento das missões que vigoraria ate 1757, reflete o desejo da Coroa em prestigiar os jesuítas diante da rebeldia dos colonos e, ao mesmo tempo, assegurar destes últimos a sua fidelidade pela concessão igualitária de índios repartidos (GOMES, 2012).

A expulsão definitiva dos jesuítas do território brasileiro, em 1759, a transformação das aldeias indígenas em vilas e lugares e a promoção da miscigenação física e cultural dos índios fazem parte tanto de uma política de

modernização do estado português e da definição de suas fronteiras, quanto da eliminação hipocritamente pacífica do índio enquanto sociedade autônoma, como nações ou etnias específicas. De fato, alguns anos após a iniciação da política que levou à haste pública os bens e benfeitorias dos jesuítas abrindo, dessa forma, caminho para a entrada da incipiente elite fazendeiras nas antigas aldeias indígenas, já se sabia que a ideia de promover o desenvolvimento econômico dos índios implicava a sua destruição enquanto o povo organizado, transformando-os em meros posseiros em suas próprias terras ou simples artesãos nas novas vilas portuguesas, ou ainda agregados em terras de novos fazendeiros (GOMES, 2012).

A história das missões jesuíticas no sul do país constitui uma versão mais dramáticas e violenta do que ocorreu no Norte e exemplifica, claramente, a incapacidade do Estado português em comportar no seu seio variações viáveis do seu sistema colonial. Eis, portanto, o saldo final da política indigenista portuguesa no Brasil. Por certo, mas cruel e desumana do que o necessário para conquistar os povos indígenas e estabelecer o seu controle (GOMES, 2012, p. 86).

Não somente foram poucos e curtos os períodos de liberdades para os índios, como foram continuas as entradas oficiais, as guerras de extermínio e as bandeiras de predação de índios. Se em uma ou outra ocasião, uma lei ou carta régia fala em liberdade natural dos índios ou os trata como senhores primário de suas terras, sempre o faz em circunstâncias específicas, no contexto de um ato já discricionário, como as mudanças de seus territórios ou atos de descimentos de índios para perto de povoamentos de portugueses. Em nenhum caso conhecido, pode-se afirmar que a Coroa tencionava firmar e legitimar um direito indígena originário. Com a proposta de Jose Bonifácio sobre a catequese e civilização dos índios enviada a Constituinte de 1823. Ao ser dissolvida por D. Pedro I, caiu a proposta e a constituição outorgada no ano seguinte não mencionou a existência de índios, remetendo a questão para o âmbito das províncias (GOMES, 2012).

Até a saída do primeiro imperador, a questão indígena foi legislada por avisos e recomendações aos conselhos províncias, permanecendo ainda a legislação anterior de guerras ofensivas e escravização. Porém, as ideias de Bonifácio tinham raízes num segmento da elite política brasileira que desejava criar o sentimento de uma nação e achava que os índios deveriam fazer dessa parte comunhão através de meios pacíficos, especialmente pela catequese. Esse decreto constituiu a lei básica do Império para a questão indígena e é conhecida, também, como regimento

das missões. Durante esse período, pequenos aditivos vão sendo feitos, em forma de avisos e ofícios, para os direitos gerais alertando sobre determinados aspectos de sua área ou sobre questão novas (GOMES, 2012).

Cria as Diretorias Gerais dos índios em cada província, que, por sua vez, ficam encarregados de criar as diretorias parciais para cada aldeia ou conjunto de aldeias. A nomeação do diretor-geral fica cargo do imperador. Dispõe sobre regulamento, favorece a catequese, proíbe a servidão dos índios e os maus-tratos. Obriga os índios ao serviço público, sob orientação dos poderes locais, mediando salário, e ao serviço militar, mas sem coação e determina prisão correccional de até seis dias (GOMES, 2012, p. 87).

Isso terminou excluindo pequenos lavradores independentes e muitas aldeias indígenas. Embora em algumas províncias houvesse pessoas de boa-fé que reconheciam aos índios o direito às terras que habitavam, e trabalhavam com afinco para demarca-las, a regra geral foi o desleixo e a incúria por parte dos encarregados desse serviço de demarcação, como também por parte dos diretores-gerais dos índios, em cada províncias. Por consequência dessa lei, após a criação do Ministério da Agricultura, em 1860, e a passagem da política indigenista para o seu âmbito de jurisdição, dezenas de aldeias indígenas ainda em existência foram extintas formalmente, e os seus habitantes condenados a virar posseiros sem-terra e a perder suas características culturas específicas. Um exemplo localizado desse processo deu-se em Pinheiro, pequena vila do interior do Maranhão (GOMES, 2012).

Foi no século passado, enfim, que se formou o pensamento de que os índios estavam fadados ao extermínio, não necessariamente por culpa de políticas indigenistas presentes e passadas, mas por sua inadaptabilidade à evolução humana. Entretanto, considerando que a grande maioria dos povos indígenas vive em contato com a sociedade brasileira, política e economicamente, tendo adotado hábito exógeno às suas culturas que necessitam de ingresso de bens e rendas, podem-se incluir nesse termo as atividades relacionadas à produção de bens para a venda, os salários, doações e rendas adquiridas de todos modos possíveis, tais como plantio e colheita de produtos nativos para venda como farinha de mandioca, abóbora, feijão, urucum, milho nativo, abacaxi, pequi, pinhão, peixe e tartaruga; produtos artesanais (arco e flechas, cocares, colares, cerâmica em geral, bancos antropomórficos de madeira etc) (GOMES, 2012).

No período colonial e mesmo durante o Império, em algumas partes do Brasil, a mão de obra indígena foi disputada por colonizadores e missionários, os primeiros para as tarefas de derrubadas de matas, fabricação de carvão, cestaria simples, vasos de cerâmica para conter o melão e produzir os pães de açúcar, plantio e colheita de tabaco, colheita de produtos silvestres, serviço doméstico e, sobretudo, pescaria para alimentar a escravaria etc. (GOMES, 2012).

Com os missionários, o serviço indígena abrangia todas as tarefas de roça, lida com gado, produção de rapadura, caça, pesca, na colheita e defumação da erva-mate etc. Nesse tempo, o trabalho indígena era de ordem servil, executado como obrigação social como a corveia feudal, em troca da paz e da aceitação das aldeias, ou de algum ganho. Que iam às aldeias de administração e mesmo às aldeias de missionários para contratar grupos de índios para jornadas de dois a seis meses de trabalho nas fazendas e com pagamento de duas peças de pano e um machado por dois meses de serviço (GOMES, 2012).

Muitas aldeias indígenas localizavam-se próximos aos engenhos e fazendas de tabaco, mais precisamente para estar à disposição dos serviços mais pesados, como derrubadas, por salários irrisórios, sem qualquer garantia de alimentação ficava por conta e risco dos trabalhadores e suas famílias enquanto os escravos negros se dedicavam às tarefas que precisavam de um feitor para vigia-los, dentro dos engenhos (GOMES, 2012).

Os missionários, fazendeiros e visitantes que observaram os índios em suas vias as dificuldades dos índios para aumentar sua produtividade. Na formulação de políticas indigenistas do Império em diante, e com os positivistas, a ideia sempre foi de inserir novos insumos, ferramentas e tecnologias a fim de os índios pudessem produzir excedentes para venda o troca e, de certa forma, se tornarem independentes economicamente (GOMES, 2012, p. 120).

O SPI e a Funai tentaram de muitos modos melhorar a produtividade da economia indígena. Equivalentes políticas continuam até hoje, e os índios seguem procurando meio para que suas economias produzam mais. Não se pode dizer que todas as tentativas tenham sido em vão, mas os esforços despendidos de parte a parte não correspondem aos resultados obtidos. Há de ser encontrar melhores meios para aumentar a produção e a produtividade das economias indígenas sem que se esgarcem demasiado as relações internas de produção e resultem em desigualdades sociais. A variedade de etnoeconomias é bastante grande. Há as

etnoeconomias que produzem bens silvestre, como óleo de castanha, copaíba, andiroba, mel, juncos e cipós, ajudadas por projetos da Funai o de ONGS, que conseguem resultados medíocres, porém consistentes (GOMES, 2012)

Existem parcerias com fazendeiros nas quais os índios provem a terra e seu trabalho, e os fazendeiros os insumos e maquinários, sendo a safra divididas em proporção previamente acertadas, há garimpagem de ouro feita por índios e mas frequentemente por não índio, com muita torção de dinheiro e soltos de violências. Há, enfim, dividendos e compensações obtidos de varias fontes por alguns tipos de serviço a que as terras indígenas se prestam: estradas, rodovias locais o federais, ramais de rodovias e estradas de ferro cruzando as terras, linhões o estações de transmissão elétricas, hidrelétricas pequenas e grandes que impacto suas terras, e até impressas e ONGS estrangeiras que fornecem recursos visando a algum beneficio em troca, seja o conhecimento etnobiológico ou até a garantia de que não derrubem suas matas. Recompensas por serviços ambientais, como preservar a floresta, os rios e demais recursos naturais, tem se tornado o meio bastante atraente para determinados povos da Amazônia, as certas lideranças, se inserirem em um novo mercado econômico, como a troca de carbono, tem atraído muitas aldeias ou até simples famílias indígenas (GOMES, 2012).

Os índios prometem preservar a floresta por uma determinada quantia em ficha, paga anualmente. Em compensação as empresas o ONGS que conseguem tais acordos vendem a empresas europeias e americanas uma espécie de licença para elas emitirem mas uma determinadas quantidade de, a qual no caso, é compensada pela preservação de equivalente área de floresta que em tese absorve o equivalente de emitido (GOMES, 2012, p.120 - 121).

É importante observar que as políticas de dominação sobre os indígenas durante o processo de colonização na América foi de grande exclusão social. No entanto, a terra que era seu maior patrimônio foi invadida na força, tendo em vista que o vetor econômico no que diz respeito a exploração dos recursos naturais nas terras indígenas, para os colonizadores naquele momento era algo de grande valor, então usar a mão de obra indígena sem nenhuma recompensa econômica era o melhor negócio rentável para a classe dominante.

Assim, compreende-se que o desrespeito com os nativos ao longo dos séculos foi marcado por massacres, violação da cultura e discriminação racial. Para tanto, é bom lembrar que este sistema ainda impera neste contexto atual várias

etnias indígenas, que mesmo amparado pela Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Políticas Indígenas sofrem ameaças de invasão nas suas terras que foram demarcadas com muitas lutas, por grupos que dominam o capital como fazendeiros, grileiros, garimpeiros e madeireiros.

2.5 PROCESSO DE CONQUISTA E A POSSE DAS TERRAS AMAZÔNICAS

Diversas dessas aldeias vieram à tona nos últimos 20 anos e entraram em processo de etnogênese, passando a ser reconhecidas como indígenas. No Pará, inesperadamente, não é muito numeroso a população indígena. Como se nota, a população do baixo Amazonas foi quase toda perseguida e extinta pelas forças de repressão à Cabanagem. Suas populações atuais encontram-se nas áreas de recente desenvolvimento econômico, pois as que se situavam em áreas de exploração de castanhais e borracha também sofreram igual processo de extermínio nos fins do século passado (GOMES, 2012).

Os munduruku, que vivem em terras da bacia do Tapajós, somam 13.013 pessoas. Onde estão diversas terras indígenas, e no rio Madeira entre os Munduruku e Maué. Nas décadas de 1970, se obteve conhecimento dessa realidade, houve certo freio no ritmo de demarcação de terras situadas em tais áreas minerais. Em algumas áreas da Amazônia ocorreram situações muito semelhantes àquelas que caracterizavam os séculos passados. Nelas os índios vivem num padrão de povoamento bastante disperso, em vastas áreas, junto à comunidades de lavradores ou extratores de produtos silvestres, num ambiente de aceitação, apesar de desconfianças mútuas. Isso se dá com frequência na bacia do baixo e médio Rio Madeira, com índios Mura, Munduruku, Maué, Parintintin, Pirahã, e no Rio Negro, com os Baré (GOMES, 2012).

Os índios que se reagregaram em comunidades deram a volta por cima, passaram a viver sem a exploração que caracterizava o sistema de barracão, num feito verdadeiramente épico, que contou com a colaboração de indigenistas da Funai e de ONGS indigenista e ambientalistas. Nos últimos 30 anos, muito esforço governamental e de ONGS nacionais e internacionais foi expendido para tornar essas comunidades verdadeiramente autônomas economicamente, com resultado positivo em vários casos (GOMES, 2012, p. 187, 188, 189).

O caso mais conhecido é aquele inserido no Parque do Xingu. Lá 12 povos indígenas falando línguas em muitos casos ininteligíveis criaram mutuamente uma cultura comum a todos, transcendendo as suas tradições anteriores pela unidade política e social. Cada povo permanece independente politicamente, mas abre mão de sua autossuficiência para que haja a necessidade de intercâmbio econômico e a consolidação simbólica por rituais compartilhados por todos. Esse complexo cultural é resultado histórico da influência desses povos, e de outros que se extinguíram já nesse século, conscientemente elaboraram os princípios de um pan-indigenismo autóctone igualitária (GOMES, 2012).

Ainda da Amazônia, diversos povos indígenas detêm em seus territórios riquezas que são motivos de interesses econômicos de diversas ordens, desde estatais e multinacionais, de produtos extrativos a ouro e petróleo. Alguns desses povos adquiriram um sentido da importância desses produtos e começaram a exigir o cumprimento de seus direitos à exploração ou participação no lucro. A parte do final da década de 1930, o SPI iniciou o processo de reconhecimento das terras ocupadas pelos que nessa altura, já não falavam mais suas línguas original, mas preservavam um forte sentimento de identidade étnica (GOMES, 2012).

Por esse tempo, mesmo as terras indígenas que não haviam sido parceladas estavam parcialmente arrendadas para plantadores de cana de açúcar, por obra, no início, de funcionários do SPI; depois, por obra de algumas lideranças indígenas. A luta pela recuperação das terras perdidas e pela manutenção das terras já demarcadas provocou conflitos, mortes, despejos forçados, fugas ameaças, de invasões de jagunços e até ações da polícia estatal (GOMES, 2012).

Muitos dos povos indígenas no Nordeste garantiram sua sobrevivência até agora pela manutenção de pelo menos uma parte do seu antigo território. Quase sempre são casos de doação de sesmarias ou datas de terras feitas pelo imperador Dom Pedro II, OU, muito antes, pelos reis de Portugal. Diversos foram ratificados no tempo do SPI e alguns foram pela Funai (GOMES, 2012, p. 190, 191, 192, 194.).

O contato com esses povos foi feito em, 1921, no auge da expansão do cacau. Aos que viviam na região do rio Prado, que haviam sido contatados em 1923, foi-lhes reservada uma área definida em 1928 como tendo 50 léguas em quadra, a qual, em 1938, fora demarcada pelo estado da Bahia, junto com o SPI, em cerca de 54 mil hectares, a Reservas Indígenas. Entretanto. Meses depois, sob o pretexto de que se esboçava uma guerrilha na área, já que o chefe de posto era considerado

comunista, os índios agregados em torno de um posto indígena foram atacados por um destacamento da Polícia Militar da Bahia, com muitas mortes e a fuga desesperada dos demais (GOMES, 2012).

A grande maioria desses povos caracteriza-se culturalmente por rituais e danças. Todos vêm fazendo um enorme esforço de resgate de sua memória, procurando lembrar e expressões originais de línguas, e mesmo buscando aprender outra língua indígena para intensificar o sentimento de identidade étnica. Muitos antropólogos consideram que é simplesmente o contraste que operam em relação aos outros, isto é, à sociedade mais geral, que os mantem distintos e específicos. O ser indígena não seria mais um modo tradicional de ser, mas uma especificidade, um contraste com o geral, mesmo que isso se dê unicamente pela sua autoindentidade e pelo reconhecimento dos outros (GOMES, 2012).

Entretanto, algo aconteceu a parte da década de 1980, quando essas comunidades levantaram a cabeça e partiram para a busca de reconhecimento por parte do Estado brasileiro de sua indianidade. Desde então mais de vinte etnias ressurgiram no panorama indígena brasileiro, principalmente no Nordeste, mas também no Centro-Oeste e no Amazonas. (GOMES, 2012, p.195, 196, 198).

Na verdade, há motivos substâncias para se definir a especificidade de um modo de ser, como o desses índios do Nordeste. O principal, além do reconhecimento de uma ascendência tradicional, mesmo que envolvido em elaborações mitológicas, é que cada um desses povos vive como um todo na sua reprodução social e biológica. Embora haja excepcionalmente casamento mistos ou interétnicos, a maioria se dá entre pessoas do grupo étnico e por motivos de manutenção do grupo. E, no caso de casamento mistos ou exógenos, segue-se a regra de incorporação dos estranhos ou dos seus filhos ao grupo, seja por qual linha de parentesco pelo da mãe ou pelo do pai (GOMES, 2012).

A importância é haver uma regra de descendência que preserve a força centrípeta e a estrutura do grupo. Daí a luta pelo reconhecimento de suas terras consideradas tradicionais, demarcadas ou não, ser a luta pela própria sobrevivência étnica. Com a terra, com um grupo social, produz-se facilmente cultura. Até a década de 1970, sabia-se de comunidade de descendentes de índios que viviam pelos sertões do Brasil. Comparando com suas situações de comunidades isoladas e discriminadas por seus vizinhos, principalmente fazendeiros, o reconhecimento

étnico lhes dá melhores condições políticas de manter as poucas terras que ainda ocupam e controlam, e defender o seu patrimônio social e econômico estabelecido contra todas as adversidades possíveis (GOMES, 2012).

Em suma, o espectro das situações dos povos indígenas atuais no Brasil varia do mais isolado e autônomo àquele que não sabe que é índio ou não que sê-lo, especialmente pelo que ouve dizer. Atualmente, todos os estados brasileiros têm comunidades que ressurgiram com identidade indígena. Em diversos casos, a Funai vacila sobre o reconhecimento formal desse estatuto indígena, seja porque os dados são muito subjetivos apenas a autodeclaração de serem índios e uma história um tanto mítica de sua origem indígena seja porque os vizinhos não reconhecem essa identidade como tal (GOMES, 2012, p. 198-199).

Os seus líderes sabem disso e estão conscientes de que o ser indígena é de maior proveito humano do que ser um agrupamento de pobres lavradores à mercê dos interesses econômicos e políticos que os dominam regionalmente. Há, no entanto, vários casos de comunidades semelhantes que se recusam a aceitar esse preferindo ser conhecido como caboclos do que ser tolerados ou protegidos pela Funai (GOMES, 2012).

2.6 AS COMUNIDADES INDÍGENAS SE DISPENSAM NO INTERIOR DA AMAZONIA

A Amazônia ainda sem espaço regional definido, mas já provocando a cobiça de vários povos do mundo europeu. Sobre o povoamento da Amazônia, é possível observar também que existiram diversas teorias que não tiveram comprovação histórica. Sendo certo, no entanto, que sua colonização foi um misto de disputa entre os portugueses que eram seus donos por delegação papal, e os holandeses, franceses e ingleses que ocuparam a Amazônia em determinadas áreas (MONTEIRO, 2013).

O mais importante, é portanto, o estudo que se faz do choque cultural que houve entre os portugueses e os indígenas nativos, o que ainda precisa de maior aprofundamento. Isto porque até o século XVIII, o Estado do Pará incluía todo o território amazônico, descoberto e conquistado da foz do Amazonas até o extremos-oeste, não respeitando a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Foi isso que ocorreu, por exemplo, com Francisco Orellana e Gonçalo Pizarro.



Figura 4 - Orellana e seu encontro com as Amazonas. Fonte: www.pinterest.com.br, acesso em 09/09/2018.

Estes navegadores espanhóis, no século XVI, desceram o rio Marañon, no Peru, e o rio Solimões, no Brasil, chegando até à boca do rio Nhamundá, onde, ao que se sabe, Orellana disse ter sido atacado por uma tribo indígena só de mulheres que combatiam suas inimigas montadas em cavalos. Motivo este, afinal, que fez as cavaleiras ao tipo das Amazonas encontradas na região da Capadócia na Ásia Menor. Depois dessa viagem inédita pelo rio, o navegador Orellana decidiu regressar à Espanha onde acabou adquirido o título de governador das terras por ele descobertas. Mas, ao voltar à Amazônia pela segunda vez, o navegador errou à direção, e entrou no rio das Amazonas pela foz, perdendo-se entre as ilhas do arquipélago marajoara, indo parar em outra direção que desembocava bem longe. Um desencontro que não foi trágico, mas deixava claro para o navegador espanhol e seus tripulantes que a região das Amazonas ainda era um grande mistério, totalmente desconhecido para os recém-chegados desbravadores (MONTEIRO, 2013).

As terras situadas a leste dessa linha poderiam ser ocupadas por Portugal e as situadas a oeste poderiam ser ocupadas pela Espanha. Embora a conquista das terras amazônicas, feitas pelos índios e portugueses, tenha ultrapassado essa linha, a situação das cidades mais antigas da Américas Latina demonstra que esse Tratado foi parcialmente obedecido (MONTEIRO, 2013, p. 13 - 14).

Mas, antes que os portugueses ocupassem o imenso território amazônico, vários navegantes europeus já tinham navegado em suas águas indo em várias direções. Logo, em 1500, por exemplo, o espanhol Vicente Yanez Pinzon saindo de Pernambuco para o norte, chegou ao rio Amazonas ao qual ele denominado de

Santa Maria de La Mar Dulce. Nessa mesma época, outro navegador europeu Diego de Lepe também atravessou as águas do grande rio. O vale amazônico teria sido mesmo ocupado primeiramente, pelos espanhóis e, depois, pelos holandeses, ingleses e franceses muito tempo antes dos portugueses tomarem a posse efetiva dessas terras (MONTEIRO, 2013).

Os colonizadores não portugueses ficaram em vários pontos da região, ao longo da costa do Amapá e do rio Amazonas, onde chegaram a construir suas próprias feitorias e casas-fortes. Outra lenda que envolveu a população indígenas, na época dos primeiros contatos com os europeus, foi espalhada por Francisco de Orellena. Sua expedição saiu de Quito, no Peru, em busca do Eldorado, e teria sofrido um ataque de mulheres guerreiras (MONTEIRO, 2013).

O escrivão da viagem, frei Gaspar de Carvajal, disse tê-las encontrado em 24 de junho de 1541, próximo ao rio Negro. Ele afirmou que as índias nuas, muito altas e brancas, com cabelos longos, trançados e revoltos na cabeça, que estavam montando cavalos possantes eram as lendárias amazonas de que o mundo grego já falava Antiguidade. Difundiu-se, assim a lenda de que essas mulheres nativas só tinham relacionamento com os homens apenas para gerar suas filhas. Quando nascia um menino, elas o sacrificavam, ou levavam para o pai (MONTEIRO, 2013).

Embora existam outras suposições arqueológicas para os primeiros habitantes da Amazônia, é a cerâmica fabricada pelos grupos indígenas que nos dá a informação mais objetiva e mais concreta. Sabe-se através dela, que os grupos que habitavam a ilha do Marajó foram os que praticavam a agricultura mais aperfeiçoada, facilitando a aglutinação de população e promovendo o surgimento de uma complexa organização política e social. Segundo Eduardo Galvão, e de acordo com o método, a mais antiga cultura ceramista que se conhece nessa região é de 2500 anos. Datam de 4000 a.C., os primeiros indícios da chegada dos povos do período marajoara (MONTEIRO, 2013).

A cerâmica tapajônica, tão rica quanto à dos marajoaras, diferenciava-se, no entanto, em termos de formato e de detalhes ornamentais. E a escultura também possuía idêntica originalidade. Veja o caso do muiraquitã, por exemplo, que representa um sapinho esculpido em uma pedra de cor verde. O muiraquitã, por sua beleza visual, acabou, por isto, tornando-se o mais representativo objeto cultural do Tapajós, usado ainda hoje como um poderoso talismã da sorte (MONTEIRO, 2013, p. 16, 18, 19).

Outro grupo ceramista que ocupou o Baixo-Amazonas ou Médio-Amazonas, foi da cultura tapajônica que se localizou na confluência do rio Tapajós com o rio Amazonas. Esse grupo era composto de muitos habitantes que criaram verdadeiros centros de escambo na Amazônia. A cerâmica desse grupo é mais recente que a marajoara, data de 1.200 a 1.400 anos, segundo a Grande Enciclopédia da Amazônia. Ela tinha as mais variadas formas: urnas funerárias, estatuetas, máscaras, cachimbos, reprodução de objetos ligados às crenças e muitos tipos de figuração de animais (MONTEIRO, 2013).

A ocupação e a colonização da Amazônia pelos portugueses começaram quando Caldeira Castelo Branco construiu o fortim do Presépio, no dia 12 de janeiro de 1616, em Belém, isto depois de Alexandre Moura de origem lusitana ter vencido e expulsado o capitão francês, em São Luís do Maranhão. Os primeiros tempos dos portugueses na Amazônia foram assinalados por uma série de encontros militares dentro dos rios. Soldados, colonos sertanistas, e alguns religiosos, como os franciscanos, também pressionaram o gentio local a participar dessa dura empreitada que foi a colonização, o chamado empossamento da Amazônia. Entre os notáveis desse processo, destacaram-se Pedro Teixeira, Feliciano Coelho, Jerônimo de Albuquerque e frei Cristóvão de São José que comandavam os índios em nome da fé cristã. Todos estes considerados figuras exponenciais nessas batalhas (MONTEIRO, 2013).

Há os que acham que a catequese era necessário para conter e modificar o comportamento indígena que era considerado herético, pagão e bárbaro. Há os que, modernamente, consideram que houve mesmo uma intervenção violenta e injusta na formação social e cultural do povo da Amazônia. (MONTEIRO, 2013, p. 20, 21, 22).

Então, de maneira breve, como se deu o começo dessa sangrenta colonização, a Amazônia foi envolvida pela cobiça dos portugueses, para ser dominada politicamente e explorada em termos econômicos. A região passou a ser finalmente considerada nos mapas como o Norte do Brasil. E ainda seguindo a dominação política, Portugal permitiu que os missionários catequizassem os indígenas das mais variadas tribos e familiares, pois era essa imensa população indígena que constituía os habitantes das terras que deveriam ser colonizadas. Daí surgiram novas igrejas na Amazônia, como os franciscanos da Província de Santo Antônio, os jesuítas, os mercedários, os franciscanos da Beira do Minho, os

carmelitas, e os capuchos da Piedade, que foram praticamente convocados para essa nova tarefa da cristandade portuguesa (MONTEIRO, 2013).

Choques culturais entre portugueses e indígenas foram os mais amplos os mais complexos e os mais profundos. Os próprios portugueses quando desembarcavam no solo amazônico, embora fossem na maioria católicos, já traziam uma grande diversidade social do seu meio, pois as suas caravanas ou expedições eram compostas de pessoas das mais diversas categorias. Militares, missionários, comerciantes, aventureiros e degredados formavam a tropa de choque para enfrentar os indígenas. O fato dos portugueses não considerarem o indígena como uma pessoa, talvez tenha provocado o maior dos choques culturais havido em toda colonização da Amazônia, pois dessa concepção criou-se um tratamento desumano que os colonizadores deram sempre aos povos nativos. Daí, portando, ter sido a economia de subsistência, praticada pela cultura indígena, um dos maiores obstáculos que dificultaram a incorporação dos índios na força de trabalho (MONTEIRO, 2013).

Arthur César Ferreira Reis, a catequese teve um papel importante na colonização. Diz ele que sem ela, a empresa na Amazônia teria sido apenas uma aventura colonial sem qualquer estabilidade. Mas, ressalta, o estudioso, que certos missionários adotaram medidas que modificaram certos aspectos da cultura que os indígenas possuíam, garantindo uma paz essencial às entradas e a política de dominação (MONTEIRO, 2013, p. 22, 24,25).

Também a religião estabeleceu um profundo choque cultural entre brancos e índios. Enquanto os portugueses eram monoteístas, católicos; os indígenas, por sua vez, eram politeístas ou até mesmo panteístas, variando a concepção de divindade de tribo para tribo, e de nação para nação indígena. No entanto, vale ressaltar que os missionários tinham, como prioridade a missão da catequese, e foram os que mais se aproximaram de um relacionamento amistoso com esses homens, mulheres e crianças nascidos na terra Amazônica. Outra dificuldade para colonizar os índios, eram que eles tinham seus próprios dialetos, e não entendiam o português (MONTEIRO, 2013).

Dessa forma, a ideia de explorar a terra e os povos indígenas que nela habitavam, e, ao mesmo tempo, catequizá-los, acabou gerando um dilema grave e profundo no projeto de civilização. Como as populações indígenas eram arredias e os índios Tupinambás tinham sido atraídos pelos franceses para guerrear contra os

portugueses, a principal preocupação dos colonizadores lusos e dominar essas populações para auxiliar dos trabalhos mais pesadas aí se deu a primeira e maior divergência entre colonos missionários a questão do uso da mão de obra indígena. Há, portanto, uma grande diferença entre os dois tipos de colonização. Existe a colonização por povoamento, como os anglo-saxões fizeram na América do Norte e na Austrália; e a colonização por exploração, como os portugueses e espanhóis fizeram na África, na América central e na América do sul, onde está incluindo todo o território brasileiro (MONTEIRO, 2013).

Para garantir os domínios da exploração econômica, Portugal criou uma estrutura administrativa para a Amazônia. No primeiro século de colonização tivemos, portanto, a seguinte evolução: no período de 1616 a 1621, o Pará Era uma capitania governada por capitães-mores, subordinados diretamente ao governo de Portugal. (MONTEIRO, 2013: 30,32).

A ideia que o autor traz sobre a questão do sistema de administração econômica na região da Amazônica é pautada dentro de uma política centralizadora, sobretudo de mão de obra escrava na exploração dos recursos extrativistas que eram bem abundantes nos rincões desta região.

Para tanto, a própria Amazônia foi considerada corredor de exportações destes produtos extrativista como copaíba, andiroba, castanha e coletas de outros produtos fizeram de Portugal um país rico. Nesse sentido, pode-se dizer que nossa região, em especial o estado do Pará, enfrentou muitos problemas com essa política de exclusão com os menos favorecidos como índios, negros e mestiços que não eram assistidos pela elite governante.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE PESQUISAS

O referido estudo teve como base um levantamento bibliográfico com autores como Mercio Gomes, (2012), Andre Carvalho (1998), Claudio Orlando Vilas Boas (2012), e entre outros autores que contribuíram para a consulta e a construção das fontes bibliográficas sobre o tema abordado. A pesquisa também apresenta um caráter qualitativo para interpretação das informações levantadas junto aos mais velhos da aldeia, que subsidiaram informações sobre os traços culturais de antigamente da mesma.

Em busca de cumprir a tarefa de interpretar as relações entre os índios e a nação brasileira à luz do dado histórico mais importante dos últimos tempos o crescimento demográfico das populações indígenas e do surgimento de uma nova indígena em relação à sua posição no Brasil e no mundo. Ele pretende analisar, anunciar cientificamente e avaliar as consequências desses acontecimentos de grande significado para os índios e para o Brasil. Uma visão cautelosa da história indígena, brasileira, aprofundando a por uma nova visão estratégia da formação do Brasil, para extrair os fundamentos sociológicos e antropológicos que nos permitam demonstrar como e por que a grande maioria dos povos indígenas se extinguiu, e como e por que uma pequena minoria sobreviveu e aos poucos vem se recuperando, lutando para traçar o seu futuro.

A partir dessa visão metodológica que enfoca a história pela perspectiva do índio que sobrevive, percorreu-se o caminho desde a descoberta do índio, ou pelo que dele lhe é dado saber por intermédio de pesquisas de campo e em arquivos, de contato de pessoas, de reuniões e de trabalhos políticos com muito índios e diversos povos específicos. A leitura da história brasileira, no que concerne aos índios, ganha uma coloração mais íntima, e mesmo as informações e os dados mais recônditos as invencionices de cronistas e a interpretativa de historiadores oficiosos podem ser compreendidos e interpretados com mais segurança quanto ao conteúdo e ao sentido da presença indígena nessa história. Mas a visão histórica se torna muito rica e densa se experimenta a vivência prolongada numa aldeia. Acompanha durante semanas a forçada de um povo floresta, sendo transferido de um território para outro (GOMES, 2012).

Essencialmente, o estudo exploratório ou pesquisa bibliográfica é uma fase da pesquisa cujo objetivo é auxiliar na definição de objetos e levantar informações sobre o assunto objeto de estudo. Entretanto, o estudo exploratório ou pesquisas bibliográficas pode ser considerado uma forma de pesquisa, na medida em que se caracteriza pela busca, recorrendo a documentos, de uma resposta a uma dúvida, uma lacuna de conhecimento. Este tipo de pesquisa procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, dispensada elaboração de hipóteses. Pode ser feito isoladamente ou como parte da pesquisa científica descritiva ou experimental. Neste caso, seu intuito não é resolver o problema em si, mas levantar informação que ajudem a entendê-lo melhor, é recolher informações e conhecimento prévios sobre o problema para qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar (MICHEL, 2005).

É o meio de formação teórica, embasamento, criação de conhecimento necessário e básico para a realização de estudos monográficos. Por outro lado, não se trata de uma pesquisa no sentido restrito, pois envolve, apenas, uma busca de conhecimento, para problemas e solução, cujas fontes são conhecidas; e, também, porque dispensa o emprego de processos rigorosos de investigação. O levantamento bibliográfico, que é a essência do estudo exploratório, deve ser acompanhado de anotação, registros, notas de aulas, apontamentos que se relacionarem com o tema de interesse, de forma a se constituir numa memória importante para o registro e redação do trabalho (MICHEL, 2005).

Trata-se da atividade de pesquisa que usa a quantificação tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento destas, através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. São amplamente utilizadas quando a intenção é garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise de interpretação e possibilitando, em consequência, uma margem de segurança quando às inferências.

Portanto, a pesquisa quantitativa se realiza na busca de resultados precisos, exatos, comprovado através de medidas de variáveis preestabelecidas, na qual se procura verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, através da análise da frequência de incidências e correlação estatísticas. Os resultados são obtidos e comprovados pelo número de vezes em que o fenômeno ocorre ou com a exatidão

em que ocorre. As respostas que se busca na investigação deve ser obtida de forma numérica, exata, inquestionável (MICHEL, 2005).

Fundamenta-se na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos. Na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias, pois os fatos em ciências sociais são significados sociais, e sua interpretação não pode ficar reduzido a quantificação fria e descontextualizada da realidade. Deve-se considerar que há termos nas respostas dadas tão carregados de valores, que só um participante do sistema social estudado, que vive e conhece a realidade daquele grupo, pode compreendê-los e interpretá-los. Por esse motivo, é a pesquisa mais utilizada e necessário nas ciências sociais (MICHEL, 2005).

Pesquisa de campo e pesquisa de laboratório são formas de pesquisa que visam verificar como a teoria estudada comporta-se na prática. A pesquisa na área de ciências sociais, tendo como objeto de estudo o homem, seu comportamento e experiências, inserido no determinado contexto social, necessita de instrumentos que possibilitem coletar dados da vida real, das experiências e vivências do dia a dia para verificar, testar e confirmar como a teoria estudada se aplica à realidade. A pesquisa experimental simula condições em um ambiente laboratorial (MICHEL, 2005).

3.2 O AMBIENTE DE PESQUISA E PERFIL DOS ENTREVISTADOS

É interessante destacar que o município de Jacareacanga está localizado na mesorregião Sudoeste paraense e na microrregião de Itaituba. Limita-se ao Norte com o município de Itaituba, ao Sul com o estado do Mato Grosso, a Leste com os municípios de Itaituba e Novo Progresso, a Oeste, com o Estado do Amazonas. Foi criado pela Lei Estadual nº 5691/91 de 13 de dezembro de 1991 (SILVA, 2012).

A Cidade de Jacareacanga, sede do município, está situada à margem esquerda do Rio Tapajós, distante de Belém cerca de 1.120 quilômetros, em linha reta, sendo hoje a sede municipal mais afastada da capital do Estado, conforme figura 5 a seguir (SILVA, 2012).

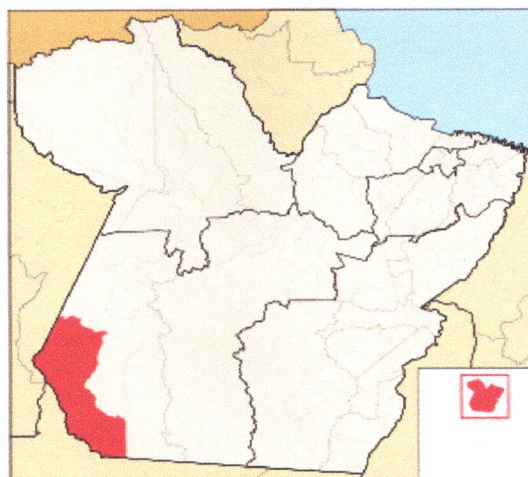


Figura 5 - Mapa do Pará, destaque Jacareacanga. Fonte: www.wikipedia.com.br

Nesse sentido, o contexto histórico de Jacareacanga pode muito bem ser contado com base inicial no ano de 1943 quando foram enviadas milhares de pessoas para a Amazônia, oriundas principalmente da região nordeste brasileira. Pessoas estas que optaram em não participar da 2ª guerra mundial em detrimento a povoar esta região muito rica em látex (líquido viscoso extraído da seringueira, planta nativa desta região) importantíssimo para a indústria pneumática e crucial para a vitória do grupo aliado contra os nazistas (SILVA, 2012).

É oportuno mencionar que a vinda desses nordestinos à nossa região foi muito importante para o surgimento de agrovilas e pequenos povoados, que em reduzido tempo se transformariam em distritos e/ou municípios. E ainda porque muitos desses “soldados da borracha”, como ficaram conhecidos resolveram ficar por aqui mesmo constituindo uma grande família (SILVA, 2012).

Para tanto, com a chegada da Fundação Brasil Central, Jacareacanga precisou de uma estrutura organizacional mesmo que fosse de pequena dimensão, pois o fluxo de pessoas vindas de outras regiões começou a ser significativo e, as necessidades também, assim o município buscar integrar a política de organização por meio de outros órgãos federais (SILVA, 2012).

Outro fato histórico que ocorreu ao longo da história de Jacareacanga foi a tentativa de um golpe militar, impetrada por Haroldo Coimbra Veloso, em 1956, quando então era Major Aviador, da Força Aérea Brasileira (FAB), Juntamente com o capitão Lameirão, tenha ocasionado o conhecimento territorial de Jacareacanga, ao povo brasileiro. Veloso em uma de suas viagens regulares, acompanhado de seus subalternos, seis no total, desviou a aeronave de sua rota já determinada pela FAB,

que saía do Rio de Janeiro, passando por bases aéreas estrategicamente escolhidas vindo até Manaus (alguns bases: Aragarças, Xavantina, Goiânia, Xingu, Cachimbo, Jacareacanga, Manaus), saindo do Rio de Janeiro, vindo diretamente à base aérea de Jacareacanga. Causando um alvoroço total, que logo ganhou adeptos para a sua revolta com o governo recém-empossado de Juscelino Kubitschek, suas razões eram por questões políticas. Esse descontentamento de Veloso acabou contagiando moradores até então pacatos não só de Jacareacanga, mas também de outras regiões como Santarém, Belterra, Cachimbo e Itaituba. (SILVA, 2012).

Nesse contexto de revolução, é importante ressaltar que o movimento de revolta não durou mais que um mês, começou e terminou em fevereiro do mesmo ano. Vale ressaltar que o Major Haroldo Veloso estava acompanhado de uma equipe formada por moradores de Jacareacanguenses o quais se destacam os principais desse movimento entre eles: Ambrósio, Tônico M aranhão, Florêncio, irmão de D. Chica Brelaz, e José Barbosa Filho. Neste sentido, é bom lembrar que estes apoiadores de Veloso estavam em São Luís do Tapajós, próximo a Itaituba, quando uma guarnição da FAB, comandada pelo sargento Mineiro, invadiu o barracão onde imaginou encontrar a equipe de Veloso, encontrou apenas José Barbosa Filho o Cazuza, que fora metralhado pela guarnição da FAB, que após esse episódio retornou ao município de Itaituba onde um navio os aguardava, Veloso então resolve se entregar desce o rio Tapajós, pelo Paraná-Mirim, em uma canoa pequena e a remo. Tendo se alagado pelo fato da canoa ser muito pequena (SILVA, 2012).

Veloso para em uma casa à beira do Paraná, para secar-se foi quando a esposa do senhor Simão, percebeu que o naufrago era o homem mais procurado do momento, por causa de seus documentos que estavam secando ao sol, ela então avisa ao seu esposo que vai correndo comunicar ao coronel Hugo Delaite, que Veloso estava em sua residência. Veloso foi preso, Cazuza foi morto, os dois se tornaram lendas de uma residência, contra um sistema político com o qual não concordavam, hoje são rendidas homenagens, colocando seus nomes em logradouros e prédios públicos, não só aqui, mais em muitas partes desta região, especialmente Veloso, mas Cazuza também foi homenageado pelos vereadores locais, onde seu nome está estampado no plenário da câmara municipal de vereadores de Jacareacanga (SILVA, 2012).

É bom ressaltar que o município de Jacareacanga sempre foi dependente do extrativismo mineral, especialmente do ouro. Tudo começou a partir do ano de 1957, com descoberta desse minério na região, pela turma vinda do Xingu que encontra ouro em Porto Rico, mas foi em 1959, que esta atividade garimpeira teve seu auge, mesmo sendo se forma rudimentar, além do ouro encontrado pela turma do Xingu em Porto Rico, outra turma vinda de Macapá e comandada por José Carneiro (Zé Come Vivo), Pacheco e Pedro Paraíba, que se junta a Raimundo Grosso, Araújo, Jorge, Carlos Santos e Tiago, que até o momento extraíam o látex das seringueiras, descobrem a existência do ouro também em São José, graças ao conhecimento da turma de Macapá na atividade de garimpagem deste tão cobiçado metal (SILVA, 2012).

A partir desse momento o ouro foi sendo encontrado em vários pontos deste rincão, Nilson Pinheiro, um aventureiro vindo de Manaus, através de uma varação pelos rios e matas desta imensa Amazônia, chega ao município pelo rio muiçu, mas são nos rios Tapajós e Tropas, que encontram o metal em grande escala, este local fica conhecido como "Boca das Tropas", e escolhe com ponto de apoio a comunidade de São Martinho. Edmundo Ferreira Nery "Soldadinho", também descobre ouro na localidade Maloquinha, no das Tropas. Em pó ou em pedaços, o ouro era retirado e guardado em latas de leite em pó, ou em latas de querosene, devido à grande quantidade existente (SILVA, 2012).

O modo rudimentar de extração aurífera foi sendo substituído por máquinas cada vez mais potentes e maiores, o ouro some e reaparece e assim, vai ajudando o município que praticamente não tem receitas extras, a não ser o FPM, e uma aérea total, com mais de 90%, transformada em reservas (SILVA, 2012).

No que diz respeito ao sistema educacional de Jacareacanga começou com uma parceria entre as esposas dos militares da Força Aérea Brasileira e as famílias dos pioneiros, pois, tinham muitas crianças que precisavam estudar. Então a igreja de Santo Antônio, serviu de escola durante muitos anos, a partir de 1960, dona Maria Emília, que morava no Sai Cinza, vem morar em Jacareacanga e dá início a uma Educação volta às regras de regimento da Educação brasileira, para isso em 1961, uma equipe de professores é formada com os seguintes membros: Maria Emília, Socorro Lopes, Socorro Prata, Maria José, Maria de Lurdes, as irmãs Susana e Irene Brelaz, Elaine Maranhão. E o Ensino Primário, era denominado na época, começa a ser desenvolvido (SILVA, 2012).

Nesse período as transformações ocorridas no sistema educacional Jacareacanguense, foram ainda mais importantes, graças a alguns fatores que impulsionaram este desenvolvimento: A emancipação político-administrativa de Jacareacanga ao domínio do município de Itaituba, a qualificação profissional dos educadores, implantação do ensino médio profissionalizante na modalidade modular (Magistério) e posteriormente o ensino o ensino superior público e privado através de parcerias e consórcios (SILVA, 2012).

A partir de janeiro de 2011, o eixo que alavanca toda e qualquer administração baseada em quatro segmentos fundamentais: Saneamento Básico, Saúde, Social e Educação, fizeram e continuam fazendo na administração "No Caminho Certo" um motivo de orgulho a todo povo jacareacanguense, independentemente da sigla partidária, é impossível não perceber as transformação ocorridas nestes setores (SILVA, 2012).

Todo representante do poder executivo municipal, sempre deu continuidade aos trabalhos realizados por seu antecessor, e os quatro campos que norteiam uma boa administração foi cada vez mais ampliando e com isso minimizando e algumas vezes solucionados os problemas existentes nestes setores, por isso, e sem demagogia, quero fazer alusão às ações desenvolvidas pelo secretário de educação, desde que assumiu o desafio de proporcionar aos munícipes locais uma educação de qualidade e voltada realmente ao processo educacional (SILVA, 2012).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 A CULTURA DO POVO KABITUTU NO PASSADO E ATUALMENTE

A cultura do povo do rio Kabitutu sempre buscou manter as tradições milenares como o uso das bebidas tradicionais, comida típica dos mundurucu, os exemplos do uso da carne seca com castanha do que é transformado tipo suco lento, mingau sagrado pelo qual é servido os anciões da aldeia representando os seres cosmitico, ouvindo contos educativos ao redor de uma fogueira comendo cara assado quando é verão, interpretação das remendas o que se pode fazer ou o que não pode ser feito e o que são permitido o que não são permitido dentro de sua comunidade.



Figura 6 - Feira da cultura indígena, anual, aldeia Katon. Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nos dias de lazer tem danças de taboca, onde são realizadas todo tipo de brincadeira dentro de uma brincadeira de roda, em cada amanhecer realizam-se planejamento das caçadas, isto é, para os homens adultos e jovens enquanto os mais ou mais cuidam dos netos, as mulheres adultas cuidam da limpeza das roças e colhem as frutas sempre acompanhado de seus filhos sete a oito em diante, a noite, as mulheres trançam as linhas de algodão aproveitando sem movimentação e silencioso da casa.

Atualmente muitos costumes foram esquecidos por influência dos ocidentais muitos ainda são mantidas, por exemplo, a língua, xamanismo, mingau sagrado, organização tradicional, forma de casamentos, artesanatos, comidas, tamanho e

formato de uma roça, plantação típica como cara, mandioca, milho, banana, ingá etc. Com expansão tecnológica, as nossas vidas cotidianas modificou significadamente, cresceu bastantes números de imigração de aldeia para aldeia principalmente de aldeia pequena para aldeia maior onde tem infraestrutura, por conta formatura, das escolas, posto de saúde maior ou por muitas das vezes perto de uma cidade para facilitar acesso e atração pelos produtos ocidentais.

4.2 O MODO DE VIDA DO POVO KABITUTU NO PASSADO

Em meados do ano de 1945, o modo de vida do nosso povo sofreu com surtos epidemiológicos tipo sarampo, coqueluche, meningite, rubéola, varíola e tuberculose, naquela ocasião nossa gente foi muito reduzida, isto aconteceu por meio de transmissão através dos contatos com os não-índios, no ano 1960 haviam grupos de pesquisadores missionários linguístico que descobriram os surtos de doenças, então Majore Crofst, este grupo pediu ajuda do EUA para imunizar e trazer medicamentos para tratar os pacientes, naquele tempo muitos se refugiaram para região que deu origem da contaminação dos parentes.

Em 1960 ocorreram outros tipos de invasão, a garimpagem, o nosso parente aprendeu como se trabalhar no garimpo na extração do ouro, no ano de 1965 descobriu-se a cassiterita igarapé no Santo Antônio, neste período a nossa gente foi muito enganada, trocavam seus diários por rádio de pilha, espelho entre outros objetos baratos.



Figura 7 - Porto de entrada da aldeia Katon. Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Apesar disto, o povo do rio Kabitutu resistiu às várias influências negativas, continuaram praticando seus rituais: Uso de taboca, taboca sagrada, rituais de xamanismo, plantação típica nas roças, dançavam rituais de agradecimento à mãe natureza por dar em abundância, caçavam visitavam seus parentes em outras aldeias, colhiam consumiam, distribuíam para quem não tinham viviam felizes inocentemente. Mas por causa da presença dos linguísticos que na ocasião estavam pesquisando na aldeia diagnosticaram a gravidade de epidemiológica. Acionaram o grupo de médicos diretamente dos Estados Unidos da América, estes imunizaram a população dos que foram medicados se salvaram.

O número de população voltou a crescer a partir de década de 90, porque a FUNASA buscou imunizar periodicamente e hoje estamos a população de 1600 indivíduos comparado com a época do ano de 1945 que apenas três famílias. Segundo relatou o professor Mizael à cultura de antigamente é “eram um povo feliz, porque não tinham preocupação como nos dias atuais.

4.3 O CONTATO ENTRE O BRANCO E INDEGÍNA NA ALDEIA KABITUTU AS MUDANÇAS QUE CARRETARAM O CONTATO

Os primeiros contatos direto se deu entre não índios rio Kabitutu foi no período de garimpagem em 1960, a chegada do SPI mais tarde FUNAI, grupos de pesquisadores como casal Robert Murf e Yolanda Murf e por fim a introdução da uma escola que era objetivos integrar os indígenas na comunhão nacional, isto é, aos pouco os indígenas iam acabando.



Figura 8 - Barracão kababiboy de sala de aulas do Ensino Médio – SOME. Fonte: dados da pesquisa (2019).

As escolas nas áreas indígenas com seus métodos não apropriados acelerou as mudanças habituais. Foram substituindo aos poucos seus costumes por costumes de não-índios, as danças passaram a ser como do baile não-índios, as formas das casas foram modificadas, passaram frequentar as igrejas, depois que passaram a conhecer o valor do dinheiro, não dividiram mais as coisas entre os parentes. Com a chegada tecnológica modificou ainda mais os espaços físicos, comportamentos, modo falar e cumprimentar, as músicas, não se interessam mais para ouvir histórias, pelas tradicionais comida, porém, ficaram muito vulneráveis as doenças. Não tinham preocupação de estar se ocupando com as políticas atuais, de ter que ir ao cartório para registrar seu filho, estudar a língua estrangeira, língua nacional. Matricular os seus filhos, de se preocupar com plano de governo de reduzir suas terras e regras projeto do governo, ferro-grão, hidroviário além da regulamentação de mineração na terra.

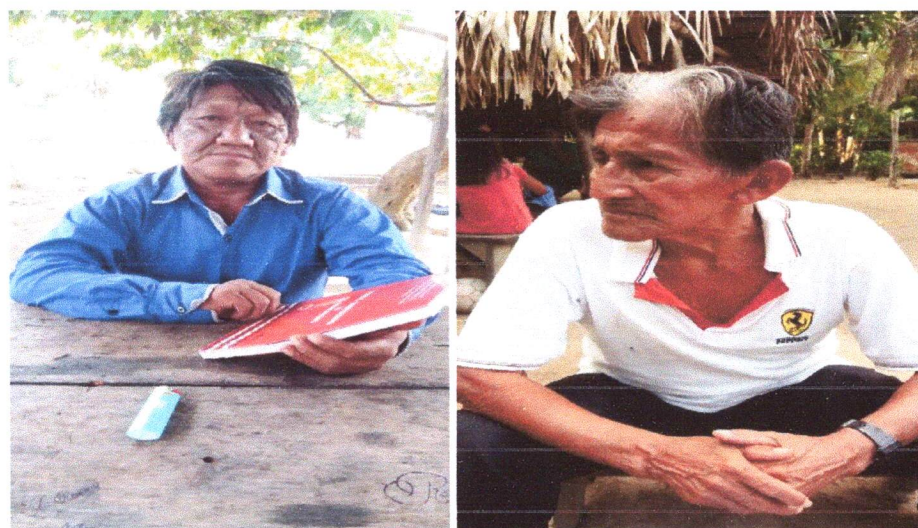


Figura 9 - Entrevistados – Mizaél Kaba e Faustino Kaba. Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Embora existam desde a chegada dos Europeus, estes projetos sempre foram problemas para esse povo. Por outro território todo lado as notícias ou expansão não eram informadas além de não entender a fala dos estrangeiros este fato inocentia a população Munduruku tornado-os pessoas felizes, tinham tempos para visitar aldeias próximas ou distantes, comiam, caçavam, dançavam, cantavam cuidavam de seus filhos e realizavam rituais religiosas. Estas são mudanças que ocorreu durante o contato na aldeia kabitutu.

5 CONCLUSÃO

Um fator que levou a pesquisar sobre este tema foi o interesse de conhecer melhor o processo histórico da região do kabitutu e os personagens locais da História que viveram e lutaram por seus ideais nesse contexto sociocultural, buscou-se alguns relatos com os moradores mais antigos da região. Portanto, acredita-se que a busca por outras fontes também só veio contribuir para a minha formação enquanto acadêmico.

A presente pesquisa contou com a participação de grandes teóricos que abordam a temática em questão, tanto no que diz respeito ao processo histórico como também a dominação das populações indígenas pelas classes dominantes. É bom também mencionar que para enriquecer a fundamentação teórica foram utilizados relatos orais de pessoas antigas da região que contam os fatos históricos deixados pelos nossos antepassados.

A referida pesquisa contou com alguns autores que contribuíram de forma significativa tais como: Marconi (2013), Gomes (2012), Monteiro (2013) e Caio Prado (2004). É interessante que muitos desses autores fazem uma abordagem de grande relevância e suas contribuições ao tema em debate foram indispensáveis para o enriquecimento desta pesquisa.

A metodologia utilizada contou com a consulta de fontes bibliográficas e relatos orais e entrevistas por meio de aplicação de questionários. Nesse sentido, no decorrer da pesquisa muitos desafios surgiram, mas por outro lado por meio desses métodos alcançou os objetivos do estudo, sobretudo, a intenção sempre foi construir um trabalho coerente e plausível que venha contribuir futuramente como fonte de pesquisa para outros acadêmicos que se interessam pelo tema em debate.

É oportuno mencionar que os instrumentos que foram utilizados na referida pesquisa só contribuíram para um melhor aprofundamento do tema em discussão. Sabe-se que um trabalho acadêmico para ter coerência e uma boa estrutura na sua fundamentação teórica, é preciso que haja muito estudo, leitura e pesquisa. Portanto, é necessário que o pesquisador tenha um interesse pela pesquisa, pois só assim terá um resultado eficaz no decorrer da construção do seu trabalho de pesquisa, dessa forma pode-se dizer que os objetivos foram alcançados.

Enquanto acadêmico do curso de História, acredito^{de} que uma pesquisa feita com fontes de estudos pautados em teóricos renomados sempre será útil para

aqueles que sempre estão em busca de conhecimento, principalmente para os acadêmicos dos cursos de licenciaturas de História. Este trabalho é importante e necessário porque buscar compreender todo o processo de formação e as rupturas históricas que ocorreram por muitos séculos com os povos tradicionais da região do Kabitutu, em especial os povos Munduruku viveram e ainda permanecem vivendo neste contexto sociocultural.

Para tanto, é uma obra que pode também contribuir para a formação dos alunos tanto no contexto social, político e cultural. Enfim é um trabalho que buscar interagir com todos aqueles que buscam compreender o contexto histórico e social desta região.

É importante dizer que como é um trabalho de cunho acadêmico será uma ferramenta indispensável para outras pesquisas em especial para o povo munduruku da região do Kabitutu e de outras comunidades indígenas. É bom lembrar que infelizmente não existem muitos registros da nossa etnia. Assim, pode-se dizer que este material será um suporte bibliográfico fundamental para contribuir com a formação de cada cidadão que consultar esta obra.

A contribuição ocorreu por meio de leituras, trabalhos realizados em espaço acadêmicos, em ambientes escolares e publicação talvez de algum artigo no futuro. Mas, também é bom lembrar que na minha aldeia esta obra será divulgada como instrumento de transformação social na busca de levar o aluno a compreender seu papel social e histórico dentro do contexto que ele estar inserido.

Os desafios são muitos quando se começa a construir um trabalho acadêmico, acredito que é preciso muita leitura e levar o tema para ser discutidos com outros atores sociais apontando os fatos que ocorreram e buscando uma interação com o contexto atual.

Acredita-se que este estudo é uma proposta de grande relevância para ser trabalhado em seminários e no contexto escolar com intuito de sempre contribuir com a formação dos cidadãos, dentro de uma proposta emancipatória no sentido de garantir uma formação de sujeitos históricos autônomo, crítico e participativo na sociedade que ele atua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACY, Lopes de Silva. **Antropologia, História e Educação**: São Paulo, 2001.

CARVALHO, Andre. **Os índios do Brasil**. Belo Horizonte: Lê, 1998.

FERNANDES, Maria Julia. **Indígenas Brasileiros**. Curitiba: Artes e Textos, 2013.

GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia**. São Paulo: Atlas, 2015.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: atlas, 2015.

MONTEIRO, Benedicto. **História do Pará**. Belém, PA: Amazônia, 2013.

NEVES, Ana Maria. **História**: São Paulo: 2012.

PRADO, Junior, Caio. **História economia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**: São Paulo, 2002.

SILVA, Geraldo Antônio. **Resgatando valores**: Jacareacanga- PA. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE I



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA- LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**TEMA: HISTÓRIA DO POVO DA REGIÃO DO KABITUTU –
JACAREACANGA/PA**

ACADÊMICO: ANDRADE POXO MUNDURUKU

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu _____ autorizo o uso da minha
Imagem e das informações prestadas nesta pesquisa.

Itaituba-Pará

APÊNDICE II



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA- LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

TEMA: HISTÓRIA DO POVO DA REGIÃO DO KABITUTU –
JACAREACANGA/PA.

ACADÊMICO: ANDRADE POXO MUNDURUKU

Prezado entrevistados (a):

Este questionário é parte integrante de um trabalho de Conclusão de Curso de História da Faculdade de Itaituba, e tem por finalidade fazer um registro historiográfico, História do Povo da Região do Kabitutu – Jacareacanga/Pa. Desde já agradeço imensamente a sua colaboração por prestar informações fundamentais para essa pesquisa e preenchimento do questionário solicitado.

Roteiro de Entrevista

Questionário aplicado a pessoas de descendência negra e que defendem sua cultura como: professores, acadêmicos, políticos e outros:

1. Dados pessoais.

- a. Nome Completo? _____
- b. Data de Nascimento? _____
- c. Local de Nascimento? _____
- d. Telefone para Contato? _____
- e. Escolaridade? _____

2. Você sabe como a comunidade do Kabitutu surgiu, quando ela começou a se formar e por quê?

3. Como a era a vida desses povos antigamente?

4. A comunidade possui identidade cultural própria? Qual é essa identidade?

5. Quanto a infraestrutura? Como a comunidade se encontra atualmente?

6. Em relação ao sistema educacional, e a saúde da comunidade, como ela está nesses últimos anos?

7. Como era a cultura dos povos no passado dessa aldeia? Ocorreram mudanças? Quais?

8. O governo tem dado a devida atenção para a comunidade? Como ela ocorre ou poderia ocorrer?

9. Você gosta de morar nessa comunidade? Por quê?

10. De que forma o contato com o homem branco afetou a vida na aldeia?
